



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO

ÓRGÃO JULGADOR: **TERCEIRA CÂMARA CÍVEL**
COMARCA: **RECIFE – 24ª VARA CÍVEL**
TIPO: **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO DE
AGRAVO EM APELAÇÃO CÍVEL**
PROCESSO Nº: **174982-6**
EMBARGANTE: **TELEMAR NORTE LESTE S/A**
EMBARGADO : **PEDRO MANOEL DA SILVA**
RELATOR: **Des. ITABIRA DE BRITO FILHO**

EMENTA

DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO DE AGRAVO TIRADO EM APELAÇÃO CÍVEL - DECISÃO TERMINATIVA QUE NEGOU SEGUIMENTO A APELAÇÃO CÍVEL. INTELIGÊNCIA DO ART. 557, Caput, DO ESTATUTO PROCESSUAL CIVIL. SENTENÇA DE 1º GRAU QUE JULGOU PARCIALMENTE PROCEDENTE A AÇÃO, PARA DETERMINAR O RECEBIMENTO DA TOTALIDADE DAS AÇÕES E SEUS RESPECTIVOS DIVIDENDOS DECORRENTES DA CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE AÇÕES DE TELEFONIA FIXA – AUSÊNCIA DE OMISSÃO – PRETENSÃO DE REABERTURA DA DISCUSSÃO JÁ EXAURIDA – À UNANIMIDADE DE VOTOS, REJEITOU-SE OS PRESENTES EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.

I – O manejo dos embargos de declaração tem por finalidade precípua apreciar possíveis omissões, obscuridades e contradições, e, ainda, eventualmente emprestar efeito infringente, na hipótese de manifesto erro material ou de manifesta nulidade do acórdão, quando não existente outro recurso cabível à espécie.

II – No caso em tela, todas as questões já foram plenamente exauridas, não havendo de se falar em divergência jurisprudencial.

396
P

III - Pretensão de reabertura da matéria embargada, refugindo assim do âmbito dos Embargos de Declaração.

IV - À unanimidade de votos, rejeitou-se os presentes Embargos de Declaração.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração nº 0174982-6, figurando como Embargante, **TELEMAR NORTE LESTE - TELEMAR**, e, como Embargado, **PEDRO MANOEL DA SILVA**; Acordam os Desembargadores que compõem a **TERCEIRA CÂMARA CÍVEL** do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade, em **REJEITAR** os presentes aclaratórios, mantendo na íntegra a decisão recorrida, tudo conforme o relatório, votos e notas taquigráficas anexos, que passam a integrar o presente julgado.

Recife,


Itabira De Brito Filho
- Relator -



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO

ÓRGÃO JULGADOR: **TERCEIRA CÂMARA CÍVEL**
COMARCA: **RECIFE – 24ª VARA CÍVEL**
TIPO: **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO DE
AGRAVO EM APELAÇÃO CÍVEL**
PROCESSO Nº: **174982-6**
EMBARGANTE: **TELEMAR NORTE LESTE S/A**
EMBARGADO : **PEDRO MANOEL DA SILVA**
RELATOR: **Des. ITABIRA DE BRITO FILHO**

R E L A T Ó R I O

TELEMAR NORTE LESTE S/A, pessoa jurídica de direito privado, já devidamente qualificada nos autos, por seu bastante procurador, interpôs os presentes **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**, desafiando acórdão proferido por esta 3ª Câmara Cível do TJ/PE, donde foi **negado provimento** ao Recurso de Agravo, que, por sua vez, desafiava **decisão terminativa** de minha lavra, que havia **negou seguimento** ao Recurso de Apelação Cível nº 174982-6, para manter a sentença de 1º grau, que julgou parcialmente procedente a Ação de Perfazimento Obrigacional de Subscrição Acionária c/c Perdas e Danos, que lhe foi movida por **PEDRO MANOEL DA SILVA**.

Inconformado com os termos da referida decisão, alega a Embargante que ingressou com os presentes aclaratórios, a fim de prequestionar a matéria tratada no recurso, a fim de possibilitar a subida de recursos aos Tribunais Superiores.

Outrossim, alega que a decisão padeceria de omissão, na medida em que não foram devidamente examinadas as questões relativas à sua ilegitimidade passiva *ad causam* para figurar no polo passivo da relação processual; bem como em relação à necessidade da intervenção da União no feito, e, finalmente no que concerne à prescrição.

390
d

Nesse sentido, pugna pelo conhecimento e provimento dos presentes aclaratórios, com vistas a serem expungidas as omissões e contradições acima citadas.

É o relatório.

Recife, de de 2014.


ITABIRA DE BRITO FILHO
Des. Relator



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO

ÓRGÃO JULGADOR: **TERCEIRA CÂMARA CÍVEL**
COMARCA: **RECIFE - 24ª VARA CÍVEL**
TIPO: **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO DE**
AGRAVO EM APELAÇÃO CÍVEL
PROCESSO Nº: **174982-6**
EMBARGANTE: **TELEMAR NORTE LESTE S/A**
EMBARGADO : **PEDRO MANOEL DA SILVA**
RELATOR: **Des. ITABIRA DE BRITO FILHO**

VOTO DO RELATOR

Cuidam os presentes autos de Embargos de Declaração, cuja irresignação é decorrente de alegada omissão em face de algumas questões que não teriam sido devidamente apreciadas, quando do julgamento do recurso.

Como é cediço, nos precisos termos do art. 535 do Estatuto de Rito, os Embargos de Declaração tem por finalidade propiciar a integração do julgado, na hipótese de ter ocorrido omissão a ponto ou questão sobre a qual deveria se pronunciar, e, ou, eventuais esclarecimentos quanto à obscuridade ou contradições contidas no pronunciamento judicial, possibilitando, ainda, em caráter excepcionalíssimo, emprestar efeito infringente ao julgado, na hipótese de manifesto erro material ou de manifesta nulidade do acórdão, quando não existente outro recurso cabível à espécie.

No caso em tela, não há que se falar em existência de qualquer omissão, uma vez que essas questões foram devidamente analisadas pela decisão vergastada, ocasião em que assim me posicionei :

200
R

"....Com relação à alegada ilegitimidade ativa "ad causam" do Autor para figurar no pólo ativo da relação processual, tenho que mais uma vez não assiste razão à Recorrente, tendo em vista que há prova documental nos autos que o mesmo adquiriu não só a linha telefônica, mas, também, as ações de forma legal, consoante documentos de fls. 11/12, razão porque essa preliminar igualmente não pode prevalecer, **motivo pelo qual desacolho-a em sua inteireza.**

De igual modo, tenho por rechaçar as preliminares de ilegitimidade passiva "ad causam", bem como de incompetência da justiça estadual e incompetência em razão da pessoa, o que o faço com base nos seguintes argumentos:

No tocante à Ilegitimidade Passiva "ad causam", não há de ser considerada, pois quem subscreveu as ações foi a TELPE, eventualmente sucedida pela TELEMAR NORTE LESTE S.A, ora Recorrente que, por sua vez, assumiu todos os direitos e obrigações da sucedida, senão vejamos:

PROCESSUAL CIVIL - AÇÃO DE PERFAZIMENTO OBRIGACIONAL DE SUBSCRIÇÃO ACIONÁRIA E PERDAS E DANOS - PRELIMINARES DE INCOMPETENCIA ABSOLUTA DO JUÍZO, ILEGITIMIDADE PASSIVA E DE INÉPCIA DA INICIAL REJEITADAS UNANIMEMENTE - PREJUDICIAIS DE MÉRITO (DECADÊNCIA E PRESCRIÇÃO) REJEITADAS UNANIMEMENTE - «CONTRATO» DE «PARTICIPAÇÃO» «FINANCEIRA» PARA AQUISIÇÕES DE AÇÕES E INSTALAÇÃO DE LINHA TELEFÔNICA - SENTENÇA MANTIDA - APELO IMPROVIDO - DECISÃO UNÂNIME. (...) **Preliminar de ilegitimidade passiva: O fato de ser a primeira demanda a exploradora do serviço de telefonia controlada pela TELEBRÁS não é argumento suficiente para a que se proceda com a sua exclusão da presente lide. Ademais, é a primeira demandada a sucessora da antiga TELPE, empresa responsável pelo plano de expansão telefônica que deu origem à formação do «contrato» de «participação» «financeira» e, conseqüentemente, à emissão das ações ora em questão. A argumentação de ilegitimidade passiva levantada pela TELEMAR não pode ser acolhida, uma vez que a TELEMAR herdou todos os direitos e todas as obrigações. Quaisquer que tenham sido os atos e obrigações da sucedida, deve a sucessora assumir como seus e procurar**



1101
encaminhá-los de forma possível. Preliminar rejeitada (...) [TJPE – 3ª Turma – Rel. Des. Bartolomeu Bueno - Apelação Cível 170838-7; 16/04/2009]

Deste modo, mais uma vez rejeito a preliminar de "ilegitimidade passiva "ad causam" para figurar no pólo passivo da relação processual.

Quanto à suposta necessidade de atuação da União Federal no presente processo, como litisconsorte necessário, tendo em vista ter sido esta a editora das normas seguidas pela Apelante, não é outro o entendimento pacificado nos Tribunais, **senão o da falta de interesse desta** nas causas que versam sobre subscrições de ações, decorrentes de contratos de participação financeira em plano de expansão dos serviços de telefonia. Veja-se:

Ementa: RECURSO DA BRASIL TELECOM. PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL AFASTADA. AUSÊNCIA DE INTERESSE DA UNIÃO. **Não há interesse da União, ou de qualquer dos entes apontados no art. 109, I, da Constituição Federal, nas demandas que têm por objeto a complementação de ações emitidas por concessionária de serviços de telefonia, a justificar o reconhecimento da competência da Justiça Federal (...)** (TJSC, Apelação Cível 2006.017964-0, Rel. Dês. Trindade do Santos, julgado em 30/10/2007, com grifos)

Logo, o fato de ter sido o Ministério das Comunicações "a estabelecer os parâmetros a serem observados nos contratos de participação financeira em plano de expansão dos serviços de telefonia faz aflorar qualquer interesse da União para a demanda centrada na subscrição deficitária de ações decorrentes de contratos, não estabelecendo, em sendo assim, a competência da Justiça Federal para o julgamento do litígio (...)" (TJSC, Apelação Cível 2006.017964-0, Rel. Dês. Trindade do Santos, julgado em 30/10/2007, com grifos)

Face o exposto, rejeito a preliminar de litisconsorte necessário da União e, por consequência, a relativa à incompetência absoluta em razão da pessoa, eis que este juízo é o competente para julgar a presente demanda.

1102

402
R

No que concerne à ocorrência da **prescrição**, trazendo à baila o prazo trienal previsto na legislação acionária e, de forma sucessiva, o prazo quinquenal estabelecido no Código de Defesa do consumidor.

Passando, então, a examinar tal questão, tenho que no presente caso não se aplica o prazo preceituado na Lei de Sociedade por Ações, tampouco o da legislação consumerista, posto que se trata de demanda em que se discute o direito à complementação de ações frente ao descumprimento de contrato de participação financeira firmado com sociedade anônima, sendo a pretensão de natureza pessoal e, portanto, aplica-se o prazo prescricional previsto no novo Código Civil, notadamente no art. 205 - 10 (dez) anos – pois, em que pese o fato ter ocorrido sob a vigência do antigo Código, não se verificou o disposto no art. 2.028, CC/2002.

Nesse sentido, já dispôs o STJ, senão vejamos :

2010/0202542-9 Relator(a) Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA (1146) Órgão Julgador T4 - QUARTA TURMA Data do Julgamento 19/06/2012 Data da Publicação/Fonte DJe 25/06/2012

Ementa: AGRADO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRADO DE INSTRUMENTO. TELEMAR NORTE LESTE S.A. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. PRETENSÃO À RETRIBUIÇÃO ACIONÁRIA. RELAÇÃO DE CONSUMO CONFIGURADA. APLICAÇÃO DO CDC. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. ART. 6º, VIII, DO CDC. SÚMULA N. 7/STJ. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO DE COMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES. RECURSO MANIFESTAMENTE IMPROCEDENTE. IMPOSIÇÃO DE MULTA. ART. 557, § 2º, DO CPC.

(...) 3. Nas demandas em que se discute o direito à complementação de ações frente ao descumprimento de contrato de participação financeira firmado com sociedade anônima, a pretensão é de natureza pessoal e prescreve de acordo com os prazos previstos no ordenamento jurídico: art. 177 do CC/1916 - 20 (vinte) anos, art. 205 do CC/2002 - 10 (dez) anos - e 2.028 do CC/2002, que trata da regra de transição entre os referidos Códigos. (...)

Assim, utilizando-se quaisquer das datas alegadas no recurso, ainda assim não resta configurada a prescrição, motivo pelo qual rejeito a presente preliminar prejudicial de mérito.



403

À luz de tais considerações, é exteeme de dúvidas que os presentes aclaratórios, visam unicamente reabrir a discussão sobre matéria já examinada, o que foge completamente dos limites dos Embargos de Declaração.

Diante do exposto, voto no sentido de **REJEITAR** os presentes Embargos de Declaração, para manter incólume o acórdão vergastado.

Recife, de de 2014.


ITABIRA DE BRITO FILHO
Des. Relator